

ATA NÚMERO 81/XIV/ 2.ª SL

Aos 07 dias do mês de julho de 2021, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

4.ª audição regimental da Ministra da Saúde, ao abrigo do n.º 5 do artigo 104.º do RAR, sobre «Política Geral de Saúde». (Presencial)

4.ª audição regimental da Ministra da Saúde, ao abrigo do n.º 5 do artigo 104.º do RAR, sobre «Política Geral de Saúde»

A Presidente saudou a Ministra da Saúde, Marta Temido, que se fez acompanhar pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales e pelo Secretário de Estado da Saúde, Diogo Serras Lopes, concedendo de seguida a palavra à Ministra de Saúde para fazer a sua intervenção inicial.

A Ministra da Saúde contextualizou a atual situação pandémica, referindo que a tendência crescente justifica preocupação, fazendo um balanço positivo da campanha de vacinação, e destacando o esforço que tem sido feito para aumentar o seu ritmo e as medidas que visam incrementar o aumento da testagem. Salientou igualmente que a pandemia não deixou o SNS incólume, mas que têm sido notórios os esforços de recuperação da atividade assistencial, tendo apresentado números e dados que demonstram o aumento no número de consultas, consultas de enfermagem e consultas de outros técnicos de saúde, aumento que também se fez sentir na atividade hospitalar, com mais consultas e cirurgias, tendo igualmente dado destaque aos esforços feitos pelos profissionais de saúde e pelo esforço integrado de diversas coordenações e grupos de trabalho em determinadas questões específicas. Salientou igualmente o trabalho efetuado durante a presidência portuguesa da União Europeia, que teve como princípios orientadores a promoção do acesso universal e equitativo aos medicamentos e dispositivos médicos e o fortalecimento resposta da UE a crises de saúde pública e o incremento da União Europeia da Saúde, descrevendo ainda a importância do Plano de Recuperação e Resiliência na área da Saúde e os seus critérios orientadores.



ATA NÚMERO 81/XIV/ 2.° SL

Dada a palavra aos Deputados presentes, intervieram: Ricardo Batista Leite, que lamentou a não receção do relatório de acesso ao sistema de saúde, para melhor analisar os dados avançados pelo Ministério da Saúde, tendo colocado questões sobre o evoluir da situação pandémica e a suficiência das medidas em curso, nomeadamente no que concerne aos critérios de avaliação da matriz de risco, o processo de testagem, os problemas de gestão local no âmbito do processo de vacinação, tendo ainda questionado acerca da falta de médicos de família e os número das consultas não presenciais; Hortense Martins, que reconheceu o esforço feito pelo Governo e pelo Ministério em particular, dando enfoque à resiliência do SNS, que está a dar resposta à pandemia e a recuperar a sua atividade a todos os níveis, bem como salientou o percurso feito e a resposta dada a nível de investimentos e de contratação de recursos humanos e o processo de vacinação, tendo perguntado se poderá haver comprometimento dos esforços de vacinação pela escassez de vacinas e sobre qual a data prevista para que se atinja a imunidade de grupo; Moisés Ferreira, que recordou e reconheceu o esforço sobre-humano dos profissionais de saúde durante a presente crise sanitária, frisando as privações e situações de precariedade experimentadas por muitos destes profissionais, o que leva a perda de recursos humanos, tendo questionado sobre as medidas concretas que estão a ser postas em prática para fixar os profissionais no SNS e sobre a percentagem de profissionais que recebem subsídio de risco, de acordo com o estatuto de risco e perigosidade; Paula Santos, que recordou as dificuldades de resposta por parte das equipas de saúde pública e as consequentes dificuldades no rastreamento de novos casos, tendo perguntado acerca da implementação e monitorização da testagem nos locais de trabalho, da utilização de vacinas diferentes das contratadas pela UE como instrumento de incremento e aceleração da capacidade de vacinação e ainda acerca da fixação de profissionais no SNS e as medidas a serem tomadas para resolver o problema da falta de recursos humanos na área de Medicina Geral e Familiar; Ana Rita Bessa, que deu destaque ao agravar da situação financeira do SNS e ao que ainda está por fazer em termos de recuperação da atividade, notando que os planos de recuperação ainda não foram aprovados, tendo colocado questões sobre a recuperação da atividade, a comunicação das normas e orientações sanitárias e a testagem em espaços públicos; Bebiana Cunha que chamou a atenção para a falta de profissionais por atraso dos concursos para recrutamento, entre outros, de psicólogos e nutricionistas para o SNS, tendo colocado



ATA NÚMERO 81/XIV/ 2.ª SL

questões sobre o calendário previsto para o termo destes procedimentos concursais, sobre as condições das urgências do Hospital de Viana do Castelo, o tratamento e seguimento dado à Síndrome de Noé, respeitante à acumulação de animais e ainda sobre o papel da saúde e a sua importância no combate à crise climática.

Respondeu a Ministra da Saúde salientando que, no que diz respeito à pandemia, a situação atual é diferente da vivida no início do ano, devendo as medidas ser adaptadas aos circunstancialismos existentes em cada período de tempo, tendo explicado que a matriz de risco em uso resulta da conjunção de vários fatores e indicadores, não sendo correto afirmar que esta se baseia em apenas dois critérios, frisando que tendo em conta a interdependência dos diversos serviços e Ministérios, serão contemplados todos os recursos que possam vir a ser usados. Notou ainda a confiança no trabalho do Coordenador da Task-Force da Vacinação e o esforço feito para aumentar o ritmo de vacinação, salientando que o combate à variante Delta deve ser feito por este meio, declarando que se prevê atingir os 70% de população com a vacinação completa em meados de Setembro, alertando contudo para a necessidade de poderem ter que revistos os cálculos respeitantes à imunidade de grupos, porquanto os mesmos poderão estar subestimados. No que concerne aos médicos de família, declarou que o Governo tem trabalhado para suprir as faltas nessa área e explicitou os passos dados nesse sentido, como sejam os novos concursos para colocação de médicos de MGF, mais referindo que a estrutura demográfica de cada região é um fator a ter em conta aquando da análise das entradas e saídas de profissionais. Apresentou números sobre a aposentação de médicos, lembrando os concursos a decorrer para a especialidade e a contratação de médicos aposentados como forma de reduzir o número de portugueses sem médico de família. Salientou também a importância dos certificados digitais Covid-19 como instrumento possibilitador da liberdade de circulação, em conjugação com as medidas sanitárias. Garantiu a qualidade das consultas não presenciais, porquanto são efetuadas pelos mesmos profissionais que fazem as consultas presenciais. Discorreu ainda sobre o caminho de recuperação dos profissionais que tem vindo a ser feito, nos mais diferentes serviços e valências e sobre a importância do PRR e a necessidade da sua execução célere, chamando a atenção para que permitirá melhorar as condições de trabalho, as instalações e os equipamentos de saúde, o que ajudará a garantir uma carreira motivadora para os profissionais. Referiu, finalmente, que as vacinas utilizadas em Portugal são todas aquelas que foram aprovadas pela Agência Europeia do



ATA NÚMERO 81/XIV/ 2.ª SL

Medicamento, estando o Governo a trabalhar no sentido de adquirir mais vacinas ou antecipar as suas entregas, falou sobre o ponto de situação das obras das urgências do Hospital de Viana do Castelo, que principiarão no último trimestre deste ano, chamando ainda a atenção para o facto da Síndrome de Noé ser um problema multifacetado que exige resposta concertada e integrada.

Coadjuvando a resposta dada pela Ministra da Saúde, o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde descreveu o ponto de situação dos concursos para contratação de profissionais de saúde, como parte do esforço para o fortalecimento do SNS, fornecendo dados sobre a situação laboral dos profissionais de saúde e sobre a contratação de recursos humanos.

Na segunda ronda, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Francisco Rocha, Carlos Peixoto, Moisés Ferreira, Paula Santos, Ana Rita Bessa, Santinho Pacheco, Rui Cristina, Telma Guerreiro, Sandra Pereira, Susana Correia, Álvaro Almeida, Lúcia Araújo, Cláudia Bento, Hortense Martins, Pedro Alves, Ivan Gonçalves, Fernanda Velez, Cristina de Jesus, Hugo Patrício Oliveira, Jorge Gomes, Jorge Salgueiro Mendes, Diana Ferreira, Maria Germana Rocha, Olga Silvestre, Alberto Machado e António Maló de Abreu, tendo a Ministra da Saúde, o Secretário de Estado da Saúde e o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde respondido às questões colocadas e prestado os esclarecimentos requeridos.

A Presidente agradeceu a presença da Ministra da Saúde e dos Secretários de Estado e frisou a importância da presente audição e dos esclarecimentos prestados.

A reunião foi encerrada às 13:27 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida neste <u>link</u>. A vídeo gravação da audição efetuada durante a presente reunião poderá ser acedida neste <u>link</u>.

Palácio de São Bento, 12 julho 2021.

A PRESIDENTE

(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



ATA NÚMERO 81/XIV/ 2.º SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)

Bruno Aragão (PS)

Cristina Jesus (PS)

Hortense Martins (PS)

Joana Lima (PS)

Maria Antónia De Almeida Santos (PS)

Sónia Fertuzinhos (PS)

Susana Amador (PS)

Susana Correia (PS)

Telma Guerreiro (PS)

Alberto Machado (PSD)

Álvaro Almeida (PSD)

António Maló De Abreu (PSD)

Cláudia Bento (PSD)

Pedro Alves (PSD)

Ricardo Baptista Leite (PSD)

Rui Cristina (PSD)

Sandra Pereira (PSD)

Moisés Ferreira (BE)

Paula Santos (PCP)

Ana Rita Bessa (CDS-PP)

Bebiana Cunha (PAN)

Francisco Rocha (PS)

Ivan Gonçalves (PS)

João Gouveia (PS)

Luís Soares (PS)

Marta Freitas (PS)

Sara Velez (PS) Fernanda Velez (PSD)

Helga Correia (PSD)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Jorge Salgueiro Mendes (PSD)

Jorge Gomes (PS)

Lúcia Araújo Silva (PS)

Santinho Pacheco (PS)

Carlos Peixoto (PSD)

Maria Germana Rocha (PSD)

Olga Silvestre (PSD)

Diana Santos (BE)

Diana Ferreira (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Manuel Pureza (BE)

André Ventura (CH)